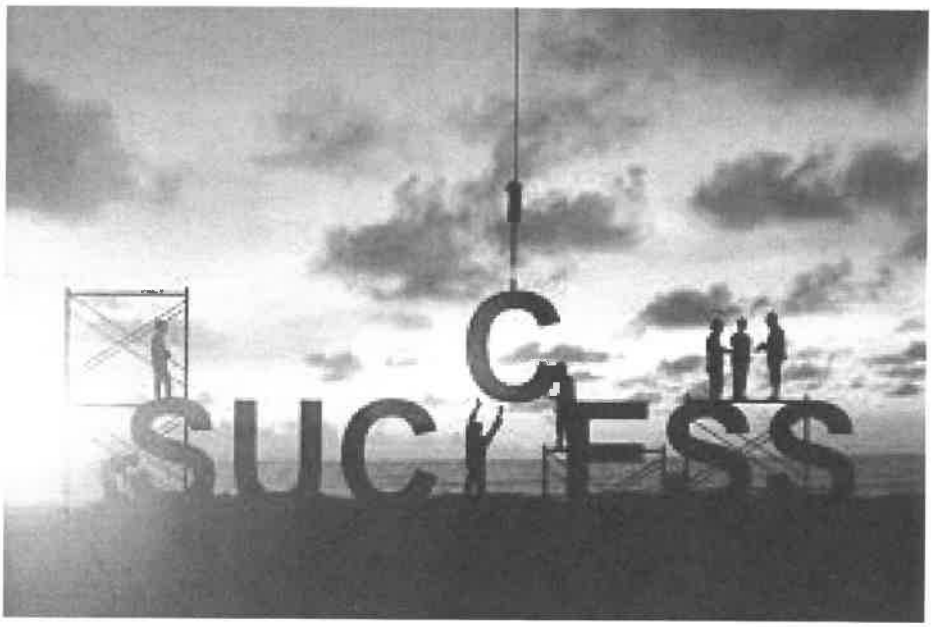
30 de ABRIL de 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena



"É bom comemorar o sucesso, mas é mais importante prestar atenção às lições do fracasso."

Bill Gates

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 5.032.604 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.054.811 euros, incluindo um resultado líquido de 253.258 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

PKF

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 31 de maio de 2021

PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda.
Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 – 4º, Letras H e O
1050-094 Lisboa

Ribeira de Pena, 31 de maio de 2021

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais evidenciam um total de balanço de 5.033.960,21 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.040.666,87 euros, incluindo um resultado líquido de 239.113,63 euros:

1. As demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Entidade, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Entidade.

2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

3. Não temos conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2020, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Entidade, os seus resultados e/ou as suas atividades.

4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

5. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.

7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.

8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.

9. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem a Entidade, envolvendo a Mesa Administrativa e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.

11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente

preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

12. A Entidade é titular de todos os bens que integram o seu ativo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos.

13. Todo o passivo da Entidade de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.

14. Confirmamos que a Entidade (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Entidade e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.

15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e excepto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para a Entidade.

16. Confirmamos que não encarregámos outros advogados, para além da firma "Domingos Dias & Associados Sociedade de Advogados, R.L.", de quaisquer processos em que a Entidade seja parte.

17. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados os Inventários e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa ótica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.

18. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.

19. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade.

20. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras e encontram-se devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
21. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
22. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade da Entidade.
23. Todas as faturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2020, correspondem a proveitos e custos efetivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a atividade desenvolvida.
24. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
25. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efetuadas.
26. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O responsável pela Contabilidade

Elisa Martins

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos vinte e oito dias de maio do ano de 2021, o Conselho Fiscal da entidade denominada "Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena", com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2020. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de 239 113,63€, devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 28 de Maio de 2021

O Presidente do Conselho Fiscal

(Nuno André Pereira Ferreira, Dr.)

1º Vogal

(Francisco Alves Meireles)

2º Vogal

(Celeste Pereira Gonçalves Sousa)

Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2020

O presente Relatório visa espelhar de um modo geral a actividade física e financeira desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena no ano 2020.

Apesar das inúmeras dificuldades sentidas, o ano 2020, à semelhança do ano transato ficará também conhecido como mais um ano exemplar no que respeita ao resultado líquido positivo alcançado. Isto porque, no que respeita a valores contabilísticos, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena teve rendimentos no valor de 2.297.811,52€ e gastos no valor de 2.058.697,89€, obtendo assim, um resultado líquido positivo de 239.113,63€, conforme se poderá verificar na informação financeira em anexo, nomeadamente, balanço, demonstração de resultados e outros documentos.

No setor solidário e social, um resultado líquido positivo de 239.113,63€ é, certamente, consequência de uma gestão criteriosa, cautelosa, exigente e muito rigorosa por parte da Mesa Administrativa, a quem competiu decidir sobre determinadas mudanças e continuar a implementar novas medidas e regras, que se traduziram em dois principais objetivos, nomeadamente, a redução da despesa e o aumento da receita.

Não menos importante foi o facto da Santa Casa da Misericóridia de Ribeira de Pena ter sido alvo de uma auditoria realizada pela União das Misericórdias Portuguesas, a qual apontou para a implementação de diversas medidas com vista à redução da despesa, as quais de forma faseada e cautelosa foram sendo implementadas.

No ano 2020, devido às medidas de apoio implementadas pelo Governo para atenuar as dificuldades e prejuízos provados pela Covid-19, não foi restituído qualquer montante ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, no entanto, e apesar disso o passivo desta Misericórdia diminuiu em cerca de 157.000,00€.

Ora, estes factos comprovam que, com esforço e vontade é perfeitamente possível inverter a situação de debilidade económica e financeira que assombrou a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena nos ultimos anos, bem como demonstra o seu potencial em termos de sustentabilidade e de futuro.

Com base nestes resultados entendemos, haver ainda muito a fazer pelo que no ano

corrente, esta instituição deve continuar a trabalhar com o mesmo rigor e seguir as mesmas linhas de orientação do ano 2020.

De salientar também, tem sido a árdua batalha com que a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena se tem debatido para defender o bom nome da instituição e zelar, em primeira instância, pelo interesse dos seus utentes e trabalhadores em geral. Razão esta que tem estado e continuará a estar em prol de todos os objectivos definidos e alcançados, até porque, mesmo com todas as adversidades criadas, o trabalho social desenvolvido tem estado sempre à vista de todos aqueles que têm tido a oportunidade de o observar.

Por tudo isto, é com enorme responsabilidade e espírito de missão que a Mesa Administrativa se compromete a exercer as suas funções com o máximo de rigor, de transparência e de respeito, pautando sempre pelo cumprimento de toda e qualquer matéria legal relacionada com os assuntos da sua competência.

Por último, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena agradece, reconhecidamente, a todos aqueles que colaboraram com a Instituição, em especial, aos restantes membros dos Órgãos Sociais, Irmãos, Utentes e Familiares, Colaboradores em geral e Prestadores de Serviço, os quais de forma direta ou indireta, muito contribuíram para o resultado positivo obtido no ano 2020.

Este Relatório irá acompanhar os restantes documentos contabilísticos a remeter ao Conselho Fiscal para a sua apreciação.

Ribeira de Pena, 30 de Abril de 2021

A Mesa Administrativa

Elisa Martins
CC 84893

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

Anexo

30 de abril de 2021

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 4
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 4
3 Principais Políticas Contabilísticas 5
3.1 Bases de Apresentação 5
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração 6
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 12
5 Activos Fixos Tangíveis 12
6 Activos Intangíveis 13
7 Locações 15
8 Custos de Empréstimos Obtidos 15
9 Inventários 15
10 Rédito 15
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes 16
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo 16
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio 16
14 Imposto sobre o Rendimento 16
15 Benefícios dos empregados 16
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 17
17 Outras Informações 17
17.1 Investimentos Financeiros 17
17.2 Clientes e Utentes 17
17.3 Outras contas a receber 18
17.4 Diferimentos 18
17.5 Outros Activos Financeiros 18
17.6 Caixa e Depósitos Bancários 18
17.7 Fundos Patrimoniais 19
17.8 Fornecedores 19
17.9 Estado e Outros Entes Públicos 19
17.10 Outras Contas a Pagar 19
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração 20
17.12 Fornecimentos e serviços externos 20
17.13 Outros rendimentos e ganhos 20
17.14 Outros gastos e perdas 21

© F3M – Information Systems, SA

17.15 Resultados Financeiros.....21
17.16 Acontecimentos após data de Balanço.....21

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceber bens e desenvolver atividades de intervenção social, designadamente de:

a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças jovens em perigo;
b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
c) Apoio à família e comunidade em geral;
d) Apoio à integridade social e comunitária;
e) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviço de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demência, bem como aquisição e fornecimento de medicamento e assistência medicamentosa;
f) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
g) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulher;
h) Habitação e turismo social;
i) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluído nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
j) Atividade agrícola.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

© F3M – Information Systems, SA

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

© F3M – Information Systems, SA

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

© F3M – Information Systems, SA

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de compra, sendo que, a existir, se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	10

© F3M – Information Systems, SA

3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares provenientes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, encontram-se registados no ativo pela quantia realizável.

<u>Clientes e outras contas a Receber</u>

O saldo das contas "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontra-se registado pelo seu valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será

© F3M – Information Systems, SA

recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, as situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativo não Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

© F3M – Information Systems, SA

- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para

© F3M – Information Systems, SA

preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).
Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

© F3M – Information Systems, SA

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2019					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	0.00	0.00	0.00	0.00	5 210 808.32
Equipamento básico	847 767.16	1463,18	0.00	0.00	0.00	849 230.34
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	98 309.07	10 332.00	0.00	0.00	0.00	108 641.07
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 336 792.97**	**11 795.18**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**6 348 588.15**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	945 126.33	52 073.20	0.00	0.00	0.00	997 199.53
Equipamento básico	687 520.56	17 084.02	0.00	0.00	0.00	704 604.58
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	0.00	0.00	0.00	167 281.41

© F3M – Information Systems, SA

Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	110 268.77	4 338.78	0.00	0.00	0.00	114 607.55
Ferramentas e Utensílios	68 437.99	4 441.05	0.00	0.00	0.00	72 879.04
Outros Activos fixos tangíveis	12 611.89	7.53	0.00	0.00	0.00	12 619.42
Total	**1 991 246.95**	**77 944.58**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**2 069 191.53**

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	0.00	0.00	0.00	0.00	5 210 808.32
Equipamento básico	849 230.34	6 531.15	0.00	0.00	0.00	855 761.49
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	12 400.00	0.00	0.00	154881.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	108 641.07	0.00	0.00	0.00	0.00	108 945.26
Outros Activos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**6 348 588.15**	**6 531.15**	**12 400.00**	**0.00**	**0.00**	**6 343 023.49**
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	997 199.53	52 073.20	0.00	0.00	0.00	1 049 272.73
Equipamento básico	704 604.58	11 671.11	0.00	0.00	0.00	716 275.69
Equipamento de transporte	167 281.41	0.00	12 400.00	0.00	0.00	154 881.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	114 607.55	2 716.39	0.00	0.00	0.00	117 323.94
Ferramentas e Utensílios	72 879.04	4 488.48	0.00	0.00	0.00	77 367.52
Outros Activos fixos tangíveis	12 619.42	7.59	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	**2 069 191.53**	**70 956.77**	**12 400.00**	**0.00**	**0.00**	**2 127 748.30**

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

© F3M – Information Systems, SA

2019						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	12436.78	492.00	0.00	0.00	0.00	12 928.78
Total	**12436.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**12 928.78**

2020						
Descrição	**Saldo inicial**	**Aquisições / Dotações**	**Abates**	**Transferências**	**Revalorizações**	**Saldo final**
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	**15 347.78**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**15 347.78**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	12 928.78	492.00	0.00	0.00	0.00	13 420.78
Total	**12 928.78**	**492.00**	**0.00**	**0.00**	**0.00**	**13 420.78**

© F3M – Information Systems, SA

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2019			2020		
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	1 415 210.30	1 415 210.30	0.00	1 964 091.31	1 964 091.31
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	200 000.00	0.00	200 000.00	34 000.00	0.00	34 000.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas bancárias de letras scontadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0.00	245 500.00	245 500.00	0.00	225 000.00	225 000.00
Total	**200 000.00**	**1 660 710.30**	**1 860 710.00**	**34 000.00**	**2 189 091.31**	**2 223 091.31**

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2019				2020		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15 266.79	255 720.88	0.00	14 442.24	252 009.09	0.00	22 505.56
Produtos acabados e intermédios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	**15 266.79**	**255 720.88**	**0.00**	**14 442.24**	**252 009.09**	**0.00**	**22 505.56**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				**230 840.85**			**242 707.58**
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2019	2020
Vendas	4 036.15	45.14
Quotas de utilizadores	648 123.08	606 520,75
Quotas e jóias	3 320.00	1 680.00
Serviços Secundários	22 694.47	5 385.28
Subsídios, doações e legados à exploração	1 478 639.79	1 536 231.79
Outros rendimentos e ganhos	133 704.97	147 948.56
Juros	0.00	0.00
Total	**2 290 518.46**	**2 151 894.75**

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2020
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	1 134 545.55	1 210 399.69
Fundo de Socorro Social	0.00	0.00
Subsídio de outras entidades	344 094.24	325 832.50
Apoios do Governo		
Total	**1 478 639.79**	**1 536 232.19**

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2020, foram, respetivamente 11. No dia 15-12-2018 realizaram-se eleições para eleger os Corpos Sociais da Instituição para o Quadriénio 2019/2022. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

© F3M – Information Systems, SA

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 116 e em 31/12/2020 foi de 116.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2020
Remunerações aos Orgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1 222 229.60	1 141 251.33
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	15 014.58	8 888.26
Encargos sobre as Remunerações	266 287.85	236 015.66
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13 445.24	13357.82
Gastos de Acção Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	12 216.39	14 244.06
Total	**1 529 193.66**	**1 413 757.13**

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros nos Fundos de Compensação totalizam o montante de 2 587.76

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	71 054.59	58 367.60
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		

© F3M – Information Systems, SA

Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Total	**71 054.59**	**58 367.60**

17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2020
Remunerações a Liquidar	153 959.56	145 666.66
Fornecimentos e Serviços	3 318.98	6 856.68
Encargos sobre Remunerações	34 252.47	32 483.67
Juros	350.01	442.12
Devedores por acréscimos de rendimentos	51 304.41	47 820.38

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2020
Gastos a Reconhecer		
	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Rendimentos a Reconhecer		
	40 970.14	40 970.14
Total	40 970.14	40 970.14

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2020
Crédito Agrícola	500.00	500.00
Total	500.00	500.00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2020 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2020
Caixa	753.60	606.71
Depósitos à ordem	58.21	449.21
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00
Total	**811.81**	**1055.92**

© F3M – Information Systems, SA

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	815 928.16	0.00	0.00	815 928.16
Resultados transitados	-650 246.04	0.00	88012.23	-562 233.81
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 580 491.95	0.00	0.00	1 485 010.35

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Fornecedores c/c	575 493.56	236 223.36
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.00	0.00
Total	**575 493.56**	**236 223.36**

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 166.85	-2351.68
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	**3 166.85**	**-2351.68**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3166.85	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	5 586.50	5 515.00
Segurança Social	131 218.56	86 489.79
Outros Impostos e Taxas	-852.22	-1419.19
Total	**139 119,69**	**88 233.92**

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	**0.00**		**0.00**	
Remunerações a pagar	0.00	292 813.36	0.00	176 250.53
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00	0.00	0.00
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00

© F3M – Information Systems, SA

Fornecedores de Investimentos	0.00	**0.00**	0.00	0.00
Credores por acréscimo de gastos	0.00	**0.00**	0.00	**0.00**
Outros devedores e credores	0.00	**574 558.66**	0.00	**627 683.49**

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 134 545.55	1 536 321.79
Subsídios de outras entidades	344 094.24	0.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	**1 478 639.79**	**1 536 321.79**

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2019	2020
Subcontratos	0.00	60.44
Serviços especializados	151 028.26	165 267.20
Materiais	3 895.13	6 860.31
Energia e fluidos	92 414.98	71 675.67
Deslocações, estadas e transportes	153.44	452.84
Serviços diversos	57 166.69	52295.75
Total	**304 658.50**	**296612.21**

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos "encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Rendimentos Suplementares	2 839.48	2 032.04
Descontos de pronto pagamento obtidos	822.40	328.96
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	75.00	71.04
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0.00	700.00
Outros rendimentos e ganhos	129 968.09	144 816.52
Total	**133 704.97**	**147 948.56**

© F3M – Information Systems, SA

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Impostos	919.71	260.75
Descontos de pronto pagamento concedidos	-21.71	-101.89
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	7 486.15	7 586.50
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	0.00	0.00
Total	**8 384.15**	**7 745.36**

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	50 992.49	26 426.84
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.00	0.00
Total	**50 992.49**	**26 426.84**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	**0.00**	**0.00**
Resultados Financeiros	**-50 992.49**	**-26 426.84**

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 30 de abril de 2021

A Contabilista Certificada n.º 84893

A Mesa Administrativa

© F3M – Information Systems, SA

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501404007

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2020	PERÍODOS 2019
Vendas e serviços prestados		613.631,17	678.173,70
Subsídios, doações e legados à exploração		1.536.231,79	1.478.639,79
Subsídios das Entidades Públicas		1.536.231,79	1.477.460,79
ISS, IP - Centros Distritais		1.183.404,92	1.134.545,55
ISS, IP - Apoios excecionais e extra		26.994,37	0,00
Outras entidades públicas		325.832,50	342.915,24
Subsidios de outras entidades		0,00	1.179,00
Doações e heranças		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		242.707,58	230.840,85
Fornecimentos e serviços externos		296.612,21	304.658,50
Gastos com o pessoal		1.413.757,13	1.529.193,66
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		147.948,56	133.704,97
Outros gastos		7.745,36	8.384,15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**336.989,24**	**217.441,30**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		71.448,77	78.436,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**265.540,47**	**139.004,72**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		26.426,84	50.992,49
Resultados antes de impostos		**239.113,63**	**88.012,23**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**239.113,63**	**88.012,23**

C.C. 84893

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501404007
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 215 275,19	4 279 396,62
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		1 927,00	2 419,00
Investimentos financeiros		2 587,76	2 105,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 219 789,95	4 283 920,71
Activo corrente			
Inventários		22 505,56	14 442,24
Créditos a receber		58 367,60	71 054,59
Estado e outros entes públicos		3 770,87	852,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		728 470,31	677 033,81
Caixa e depósitos bancários		1 055,92	811,81
		814 170,26	764 194,67
Total do ativo		5 033 960,21	5 048 115,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		62 848,54	62 848,54
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		815 928,16	815 928,16
Resultados transitados		-562 233,81	-650 246,04
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 485 010,35	1 580 491,95
		1 801 553,24	1 809 022,61
Resultado líquido do período		239 113,63	88 012,23
Total dos fundos patrimoniais		2 040 666,87	1 897 034,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		1 964 091,31	1 435 710,30
Outras dívidas a pagar		225 000,00	225 000,00
		2 189 091,31	1 660 710,30
Passivo corrente			
Fornecedores		236 223,36	575 493,56
Estado e outros entes públicos		92 004,79	139 971,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		34 000,00	200 000,00
Diferimentos		40 970,14	40 970,14
Outros passivos correntes		401 003,74	533 934,63
		804 202,03	1 490 370,24
Total do passivo		2 993 293,34	3 151 080,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 033 960,21	5 048 115,38

A Direcção

O responsável

Elin Martins
CC 84893

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS 2020	DATAS 2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 083 607,17	1 140 356,34
Pagamentos de subsídios		-992 011,64	-978 290,28
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		595 004,06	461 590,52
Pagamentos ao pessoal		1 291 561,12	1 068 754,83
Caixa gerada pelas operações		189 053,63	588 301,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-395 481,36	-365 128,06
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-206 427,73	223 173,21
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		127 478,55	32 222,44
Ativos intangíveis		0,00	1 328,40
Investimentos financeiros		445,91	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-127 924,46	-33 550,84
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	20 500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-343 450,32	86 740,06
Juros e gastos similares		8 854,02	48 069,54
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	75 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		334 596,30	-189 309,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		244,11	312,77
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		811,81	499,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 055,92	811,81

A Direcção

O Responsável

Elisa Martins

CC 84893

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador